

O INTERVENCIONISMO DO GOVERNO DILMA E A ECONOMIA

Michel Longatti de Resende

Graduado em biomedicina pela UNIFENAS/MG, com especialização em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes/RJ. Atua como técnico administrativo na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Interessa-se por economia, administração e administração pública

RESUMO: A pior contração da história do PIB brasileiro foi protagonizado pela ex-presidente Dilma Rousseff e suas insistentes tentativas de intervenção na economia e na expansão do crédito financeiro. Outrora, com resultados positivos, seu plano econômico se mostrou um verdadeiro arranjo econômico, no qual o povo brasileiro deverá pagar pelos próximos anos. Este presente artigo, tenta demonstrar, de forma simples, como foram feitas políticas errôneas no campo da economia e o preço que será cobrado de todos nós. Com um estudo empírico em livros, sites do governo e jornais de grande circulação nacional que retraram a trajetória da presidente. Como legado, deixou a segunda menor taxa de aprovação de governo, perdendo apenas para o seu vice-presidente, Temer. Os resultados foram um atraso ao país aos níveis de 2010, recorde de desempregos e uma terra arrasada, e em um futuro próximo, terão que ser corrigidas com muito sacrifício e longo trabalho. Estes resultados, mostram que o intervencionismo e o estado provedor de tudo, não nos levam a lugar algum, além, de solicitar um preço alto para o conserto das políticas equivocadas em que apenas poucos “amigos do rei” são beneficiados.

Palavras-chave: Intervencionismo, Crise, Dilma Rousseff, Expansão do Crédito, Economia.

THE INTERVENTION OF DILMA GOVERNMENT AND THE ECONOMY

ABSTRACT: The worst contraction in Brazilian GDP history was led by former President Dilma Rousseff and her insistent attempts to intervene in the economy and in the expansion of financial credit. Once, with positive results, its economic plan proved to be a true economic arrangement, in which the Brazilian people will have to pay for the coming years. This article tries to demonstrate, in a simple way, how erroneous policies were made in the field of economics and the price that will be charged to us all. With an empirical study in books, government websites and newspapers of great national circulation that reflected the president's trajectory. As a legacy, he left the second lowest government approval rate, second only to his vice president, Temer. The results

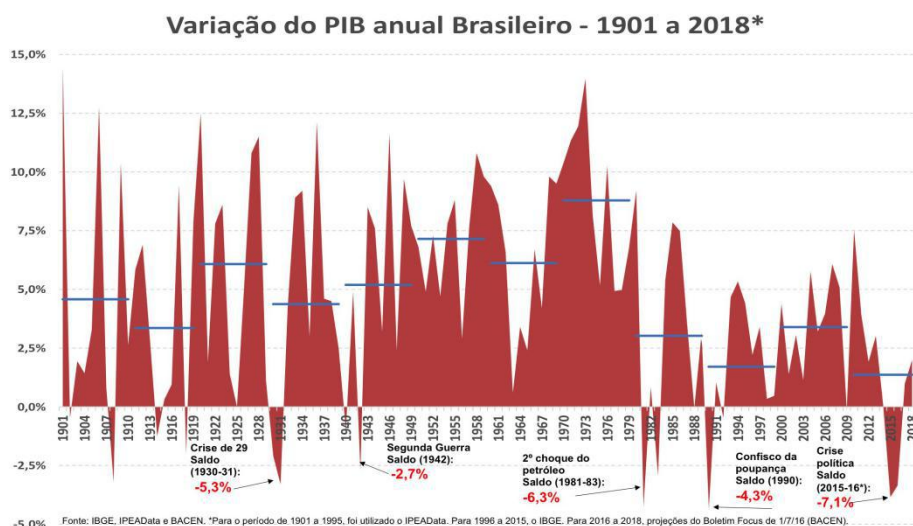
were a delay to the country at 2010 levels, a record of unemployment and a scorched earth, and in the near future, will have to be corrected with much sacrifice and long work. These results show that interventionism and the provider state of everything lead us nowhere to ask for a high price for the repair of the wrong policies in which only a few "king's friends" are benefited.

Keywords: Interventionism, Crisis, Dilma Rousseff, Credit Expansion, Economics.

1) INTRODUÇÃO

De acordo com ROSSI e MELLO (2017),

O Brasil está atravessando a maior contração da renda de sua história. O país enfrentou outros episódios recessivos ao longo do século XX, mas nenhum com tamanha gravidade quando se considera a contração do PIB. A figura 1 apresenta a contração da renda anual das quatro grandes crises econômicas da história brasileira; a dos anos 1930, dos anos 1980, do governo Collor e a atual. Em nenhuma dessas crises a queda acumulada do PIB foi superior a 7%, exceto a crise atual que apresenta dois anos de forte redução do PIB em 2015 e 2016.



“Em 2015, diante da fragilidade da economia brasileira, o governo optou por um choque recessivo ou, em outras palavras, lançou mão de um conjunto de políticas de austeridade econômica” (Blyth, 2013).

Nesse ano e somado ao de 2016, a economia encolheu 7,1%, o que nos fez regredirmos aos mesmos níveis de 2010, ou seja, cerca de 6 anos perdidos, com um ressalvo, a população era maior. Em 2010 a população do Brasil era cerca de 190 milhões, já em 2016, a população era estimada em 206 milhões. Como consequência deste retrocesso houve um recorde também histórico, dos

números de desempregados. Em 2016 eram cerca de 14,2 milhões segundo dados do governo, o que realmente é preocupante.

Um quadro alarmante, em que o Palácio da Alvorada se recusava a transmitir para a população ou se quer admitir falhas em suas conduções no plano econômico. A situação real e ao mesmo tempo com sucessivas tentativas fracassadas, o então governo chefiado pela presidente Dilma Rousseff e o ministro da fazenda Alexandre Tombini conseguiram transformar uma crise financeira em uma forte recessão. Mas qual seria o motivo do PIB cair tanto; por que o dinheiro ficou escasso e houve uma explosão de desempregados; por que houve uma inflação elevada, que no seu auge chegou a 2 dígitos. A resposta para estes dilemas está em voltarmos alguns anos e compreendermos os movimentos da equipe econômica e sua grande intervenção na economia, a qual não leva desaforos para casa.

Um dos pilares da política lulo-petista foram a expansão do crédito financeiro. Essa expansão de crédito aditivou, no curto prazo, o crescimento da economia a níveis elevados e que a muito o Brasil não estava acostumado, o que gerou também várias distorções, e em médio prazo, culminaram na nossa desoladora situação atual. No princípio quando o governo decidiu aditivar o crescimento econômico por meio da manipulação dos juros, com o intuito de aumentar o volume do crédito, a taxa flutou em vários patamares, e sua manipulação pelo governo iria, inevitavelmente, gerar distorções que se tornarão explícitas apenas no médio e longo prazo.

De acordo com ROQUE (2016),

como o crédito era o grande impulsionador da economia de Dilma, sua crescente estatização iria trazer resultados inesperados. Ao mesmo tempo, e como já dito, a expansão do crédito gera um aumento generalizado na quantidade de dinheiro na economia. Como consequência, *a renda nominal das pessoas aumentam*. Mais dinheiro na economia gera maiores gastos e maiores salários nominais. Isso gera nos empreendedores a crença de que haverá uma contínua demanda futura para seus investimentos de longo prazo.

Como fruto dessa crescente monetização dos brasileiros, o desemprego cai e os preços e os salários sobem. Esta política num primeiro momento é muito eficiente, pois enquanto tiver expansão de crédito e o dinheiro circulando entre os brasileiros, a economia seguirá esplendorosamente bem, as demandas estarão em altas. Entretanto, tal projeto não pode durar para sempre, pelo simples fato, de que em algum momento esta expansão monetária provocará um aumento nos preços finais e um aumentando da inflação. Como o crédito estava em abundância para qualquer pessoa, os preços de produtos e serviços começaram a subir, com mais dinheiro na praça a demanda é maior, e como consequência o produto poderá ficar mais escasso, o que geraria um aumento de preço final. Percebendo os sinais de inflação se elevando, como medida de contenção

realizada pelo governo, os juros começaram a também subir. Para corrigir este desvio nos valores dos produtos, o Banco Central tem a política de elevar a taxa selic, para que o crédito fique mais caro e tenha essa correção posteriormente na inflação. Um dos princípios da política macroeconômica adotadas desde os anos 90.

O que gerou uma apreensão, entre os investidores e consumidores, de que os créditos outrora atraentes pelas suas baixas taxas, agora começam a ficar menos atraentes, o que faz a expansão de crédito desacelerar. Com taxas altas, os investidores simplesmente para de investir, pois o retorno em renda fixa atreladas a Selic elevada, são muito mais seguras e lucrativas que o próprio risco de alocar recursos no mercado financeiro.

“Os ganhos reais no tesouro nacional em 2016 chegaram a 09% acima da inflação” (Tesouro Nacional, 2016).

Houve uma grande debandada de investimentos para a renda fixa, especialmente para o TN Tesouro Nacional (TN). Não precisa ser um profundo conhecedor de economia, para imaginar que uma grave crise se instalaria em nosso país. Valores que iam para as empresas, serviços e infraestrutura, agora estão inertes nos títulos públicos, acumulando-se de juros altos, pagos pelo governo.

2 - POLÍTICAS PÚBLICAS

Como uma das prioridades do governo Lula e Dilma era esta expansão de créditos, o que gerou bem estar na população e que fez aquecer a economia do Brasil por mais de uma década, agora se via com um dilema, crédito mais caros e inflação alta. Neste momento, deu-se início à medidas para controle da inflação e tentativa de não deixar o PIB retarir, o que ocasionaria em breve em uma recessão econômica.

O governo adotou três medidas para o controle da inflação e para que a oferta de crédito dos bancos estatais como o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) continuassem elevados. Esses bancos, neste período lulo-petista, bateram todos os recortes históricos de oferta de crédito.

A primeira medida, no ano de 2012, o governo reduziu impostos e começou a fazer algumas desonerações, mesmo que tímidas em relação ao tamanho do Estado.

Segundo VIEIRA (2012),

o ministro da Fazenda Tombini informou que o governo iria reduzir, a partir de 1º de novembro de 2012, as alíquotas da Contribuição de Intervenção do

Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e óleo diesel. No caso da gasolina, a tarifa passará de 0,192 real por litro para 0,091 real por litro. Para o óleo diesel, a cobrança cairá de 0,07 real por litro para 0,047 real por litro. O objetivo é amenizar flutuações dos preços internacionais do petróleo, além de garantir a manutenção da estabilidade dos preços dos combustíveis.

Esta medida foi muito bem tomada pois ajudou a reduzir preços, contendo assim o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Houve outras reduções de impostos, como na indústria automotiva, e também na chamada linha branca (eletrodomésticos), as taxas de importações também reduziram e por algum tempo a inflação foi controlada e a política de expansão de crédito pode ser aumentada.

A segunda medida, também em 2012, foi um desastre anunciado. O Governo decidiu intervir no sistema elétrico. Transcrevo abaixo, o inciso 1º do artigo 1º da medida provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012:

CAPÍTULO I

DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DO REGIME DE COTAS

Art. 1º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

§ 1º A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;

II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente;

III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel;

No dia 7 de setembro de 2012, a então presidente Dilma Rousseff entrava em rede nacional para anunciar uma redução média de 20% na tarifa de energia dos brasileiros. Esta medida provisória, revogou os contratos das empresas de geração e transmissão de energia, impondo-as de cobrar ao consumidor final, tarifas menores. Na verdade, obrigava a por um preço controlado pelo Estado, não levando em conta os custos operacionais e se haveriam lucros ou prejuízos aos fornecedores de energia. Com os preços das tarifas menores, o IPCA continuou diminuindo. O que

a princípio pode ser uma boa coisa, como a redução das tarifas da energia, se esconde o presságio de um grande problema à frente. Pois os preços não podem ser controlados por decretos, leis ou medidas provisórias, pois existe um custo em cada serviço prestado, por isso o valor faltante deveriam ser retirados de algum lugar, e no caso, o consumidor deveria pagar esta conta adiante, seja com uma explosão de valores, seja por meio de impostos.

De acordo com JUNGES (2016),

A medida provisória foi usada para bancar a redução artificial das tarifas de energia, a empresa de capital aberto controlada pelo governo brasileiro perdeu 62% do seu valor de mercado. Em 2011, a Eletrobras valia R\$ 26,5 bilhões. Seis anos depois, em maio de 2016, seu valor de mercado era de R\$ 10,1 bilhões, uma desvalorização de R\$ 16,3 bilhões (Quase quatro anos após a aprovação da polêmica Medida Provisória 579, o saldo final para o setor elétrico e para os consumidores é um prejuízo que ultrapassa a casa dos R\$ 100 bilhões – e que ainda deve crescer. Boa parte dessa conta caiu no colo do consumidor, que, ao contrário do que havia sido prometido, viu sua tarifa de energia explodir de lá para cá.

A terceira medida, que começa em 2011, mas estende até o fim do governo Dilma é a obrigatoriedade da petrobrás vender petróleo com valor abaixo do que foi importado. Com isso o IPCA foi congelado (petróleo é um grande indicador de medição da inflação).

“Os reajustes da gasolina e do diesel eram administrados e estavam diretamente atrelados à política econômica do governo, o que fez com que a estatal acumulasse prejuízo. Na prática, o governo segurava os preços”. (MELLIS, 2017)

Essas três medidas deram aparência de inflação controlada e certa tranquilidade no cenário econômico. Mas, como havia dito antes, a economia não aceita desaforos, quanto maior os arranjos artificiais, maior o preço a se pagar, e o governo tinha que arrumar estes artifícios.

Após três dias da reeleição de 2014, a Petrobras anunciou, autorizada pela presidente Dilma Rousseff (PT), um aumento médio de 3 por cento nos preços da gasolina e de 5 por cento do diesel nas refinarias. O aumento é considerado "pequeno" frente às necessidades da estatal e às perdas acumuladas no ano, mas que elimina a defasagem de preços em relação aos valores externos. Para o consumidor-eleitor é mais uma notícia ruim, pós-eleição, gerada pelo governo Dilma.

“O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, subiu a taxa básica de juros (Selic) de 11% para 11,25% ao ano. Foi uma surpresa para o mercado. Os analistas esperavam manutenção da taxa. Em comunicado, o BC diz que considerou o risco da inflação para aumentar os juros”. (FEEB, 2014)

Segundo ROQUE (2016),

Logo após o Brasil conhecer o presidente dos próximos quatro anos, é possível que os brasileiros já comecem a sentir no bolso a alta de preços que foi represada pelo governo federal desde 2013. O ajuste nas tarifas de serviços que têm preços regulados pela União (chamados preços administrados), como energia elétrica, combustíveis e transporte, já começou em 2014, mas o ritmo ainda está aquém do ideal. A avaliação de economistas é que pode haver correção até dezembro (2014) e, sobretudo, até o fim do próximo ano.

De acordo com GUZZO (2015),

Com o aumento da gasolina, o aumento das tarifas de energia, e a disparada de preços, o cenário mostrou-se bastante óbvio, o governo sabia que haveria correção de preços e que o Brasil estava prestes a entrar em uma recessão e em uma alta inflação. Já no fim de 2014, após a reeleição de Dilma, houve uma explosão de preços pelos setores controlados pelo governo, houve um aumento do dólar, a qual chegou em R\$ 4,16 em janeiro de 2015.

“O banco central elevou a taxa Selic, até o patamar de 14,5 em julho de 2015” (COPOM, 2015).

3 - CONSEQUÊNCIAS

Com estas circunstâncias, o sistema financeiro não acreditava na independência do Banco Central e nem nas políticas do Governo. Houve uma fuga dos investimentos para a renda fixa (Selic alta e preços subindo), o que era previsto, pois se ficassem em investimentos, teriam seu poder de compra corroído pela inflação. Saindo assim, da liquidez diária e indo para contratos seguros. O dinheiro líquido na economia foi diminuindo, a inflação continuou subindo, e ocorreu a queda de poder de compra das pessoas, queda nos investimentos, explosão do desemprego (2015) e as pessoas endividadas com a expansão do crédito.

“Preços em altas, pessoas endividadas, dinheiro desaparecendo, desemprego em alta, acontece o inevitável: indústrias paradas, serviços e economia definharam. Junte a isso o controle de preços + expansão do crédito + Banco Central sem credibilidade, uma tragédia estava sendo anunciada” (ROQUE, 2016).

O resultado das políticas de intervencionismo ao longo dos anos do governo Dilma, fatalmente nos cobrou um preço amargo, em que pontuo abaixo:

A) PERDA DE RENDA.

Como transcreve SILVEIRA (2015),

Pela primeira vez em 11 anos, houve queda nos rendimentos reais do trabalhador brasileiro. A renda média passou de R\$ 1.950, em 2014, para R\$ 1.853, em 2015, o que representa uma redução de 5%. Com queda nos salários dos mais pobres e também dos mais ricos, o índice que mede a desigualdade foi o menor da série histórica.

“A crise econômica vivida no Brasil é plenamente percebida pela população e, como consequência dela, os brasileiros veem seu poder de compra cair e seu nível de endividamento aumentar. Além disso, 57% da população precisou mudar hábitos de consumo para sobreviver às turbulências” (CNI, 2015).

De acordo com FONSECA (2015),

A crise de 2008/2009 afetou particularmente a indústria, mas o consumo doméstico ainda estava em crescimento e ajudou na recuperação. Já a crise atual atinge toda a economia e vem afetando o emprego e a renda da população bem mais significativamente. Tanto o investimento como o consumo das famílias estão diminuindo. Além disso, a crise política, que não existia na crise anterior, tem aumentado a incerteza com relação à recuperação. As pessoas começaram a sentir o golpe da recessão, famílias mudaram hábitos para acertar e fechar a conta, investidores perderam grande parte de investimentos, a indústria foi paralisada e de algum modo todos estavam sendo atingidos pela recessão. Porém no Brasil, as coisas são um tanto complicadas, todos estavam se ajustando para arrumar o orçamento, mas o governo federal continuava a gastar de forma descontrolada.

Segundo MARTELLO (2016),

Em valores nominais, o crescimento da dívida pública em 2015 foi de R\$ 498 bilhões. A dívida pública é a contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Segundo os dados do Tesouro Nacional, nos últimos 10 anos a dívida pública mais que dobrou: em 2005, o estoque de dívida estava em R\$ 1,15 trilhão, subindo para R\$ 2 trilhões no fechamento de 2012 e para R\$ 2,79 trilhões no ano de 2015.

B) QUEDA FORTE NOS INVESTIMENTOS.

“Todo mundo achava que tínhamos passado desse ponto, e não passamos. Cada resultado que sai está pior que o anterior. O principal fator explicativo da recessão está sendo o investimento, que

está caindo sistematicamente acima da queda do PIB e o consumo continua a perder força” (VELLOSO, 2016).

De acordo com o IBGE (2016),

A crise econômica no Brasil provocou um cenário de retração na indústria que se reflete em diversos indicadores econômicos do setor. Os investimentos no setor, por exemplo, tiveram queda de 13%. Os dados são de 2015. A redução no valor dos investimentos no setor industrial naquele ano, em termos nominais, foi de R\$ 193,3 bilhões. A queda foi verificada, principalmente, nos setores de refinaria de petróleo, extração de petróleo e de minerais.

“O investimento cai porque as empresas agem de forma mais cautelosa, assumindo uma postura conservadora, de 2014 para 2015, investimentos no setor industrial tiveram queda de 13%” (RODRIGUES, 2016).

C) DESEMPREGO E PESSOAS ENDIVIDADAS.

Em 2015, 2,8 milhões de pessoas a mais estavam na fila do desemprego, em comparação com 2014, um aumento de 38,1% no ano (IBGE, 2016). Esse era um presságio do que viria no ano de 2016, onde chegamos ao número de 14 milhões de desempregados, segundo dados do governo.

De acordo com SKOUFIAS (2017),

Os principais mecanismos para a redução da pobreza no Brasil, e em qualquer outro país, são mercados de trabalho saudáveis, com aumento das oportunidades e de salários. A atual crise econômica provocou uma profunda redução de empregos, aumentando, conseqüentemente, a pobreza a partir de 2015. Contanto que o país consiga se recuperar e gerar novas oportunidades de emprego, esse fenômeno, no entanto, será algo mais transitório do que permanente. Para fazer isso de uma forma sustentável, o Brasil precisará de um novo modelo de crescimento que seja menos dependente de commodities, do crédito para estimular o consumo e da expansão dos gastos públicos. O crescimento deverá ser baseado em iniciativas do setor privado, em investimentos e em uma melhora na qualificação da força de trabalho.

Segundo o portal de notícias G1 (2016),

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) mostrou que, em setembro de 2016, 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadas. Este resultado é maior do que o observado em agosto (58%), mas é menor do que há um ano, quando havia sido 63,5%. A retração do consumo, em virtude da persistência da

inflação e da contração da renda, além do elevado custo do crédito, explica essa redução na comparação anual.

D) COMÉRCIO E INDÚSTRIA EM CRISE.

De acordo com SALES (2016),

A perda da massa salarial das famílias ganhando força no segundo semestre de 2015, o aprofundamento da crise na indústria e o corte de gastos das empresas levaram a uma queda recorde do volume de serviços prestados no país. (IBGE, 2016). Em novembro, o setor recuou 6,3%, na comparação com igual mês de 2014, pior resultado da série histórica do indicador, iniciada em janeiro de 2012. Foi o oitavo resultado negativo seguido, maior sequência de dados no vermelho. No ano, os serviços acumulam queda de 3,4% e, em 12 meses, retração de 3,1% .

“No ano de 2015, o agronegócio encolheu 3,7%, a indústria recuou 7,3%, sendo a indústria de transformação caiu 10,5%; e os serviços recuaram 3,7%” (IBGE, 2016).

3) ESTADOS COM GRAVE CRISE FINANCEIRA.

Os governos estaduais acharam que a expansão de recursos de uma economia aquecida outrora, seriam sempre aumentadas, e conseqüentemente aumentaram seus gastos, inclusive com funcionalismo. Com uma forte recessão acontecendo no país, a arrecadação dos governos estaduais caíram, pois o dinheiro tinha menos liquidez e as pessoas estavam gastando menos, a arrecadação de impostos reduziram drasticamente, afetando diretamente na captação de recursos. Outro dado preocupante para os estados, é que diferentemente da União, eles não conseguem imprimir moeda e não tem o aporte e a capacidade de gerar receitas da grandeza federal, ou seja, se um recessão instala, o golpe no Estado é muito maior que em Brasília.

O aumento de gastos não podem ser mais financiado, e devido a situação de crise, não há condições de aumentar a carga tributária, a única solução possível é o corte de gastos, não existe mágica.

“Outro problema dos Estados é que grande parte do orçamento não tem qualquer controle por parte dos governadores. A margem de manobra da gestão é pequena. Em muitos casos, atrasar o pagamento é a única maneira de enfrentar o problema” (VELLOSO, 2017).

“No Rio de Janeiro, estado que está em pior situação, o relatório de gestão fiscal mostra que os gastos com pessoal representaram 43,14% da receita corrente líquida(RCL) em 2015. Quando são excluídas da RCL as receitas não recorrentes e vinculadas, a parcela sobe para 110,3%” (BECK e NASCIMENTO, 2016).

E) CRISE POLÍTICA.

De acordo com ROQUE (2016),

Eis o que realmente agravou tudo, aumentando as incertezas e travando toda a economia: a crise política. Estamos hoje vivendo uma grande crise política e uma enorme incerteza jurídica. Do terceiro trimestre de 2013 até o final de 2016, os investimentos encolheram 30%. Não há crescimento econômico sem investimentos. Não há empregos sem investimentos. E investimentos só ocorrem quando o ambiente econômico e político do país é propício. Mas se o próprio estado cria um ambiente de incerteza econômica, política, institucional e jurídica, então os investimentos não ocorrem. Quem seria louco para se arriscar? E aí a economia só encolhe.

Segundo WOLWACZ (2016),

A crise política trouxe consequências econômicas violentas e somente após a resolução disso será possível saber a direção da economia no país. Essa situação gera uma incerteza sobre a política econômica. Não sabemos se vamos continuar reduzindo as taxas de juros, se vamos respeitar a meta de inflação ou se vamos conseguir gerar empregos.

“A agenda de reformas fica praticamente inviabilizada, a própria manutenção do governo é incerta e isso afeta também a retomada dos investimentos, a principal variável por trás da expectativa de retomada da economia” (NETO, 2016).

Nas páginas dos principais jornais brasileiros, a operação Lava Jato, expunha a abrangência da corrupção nos sistema político.

Conforme VIEIRA (2016),

A Polícia Federal apreendeu na 23ª fase da Operação Lava-Jato, batizada de "Acarajé", realizada no dia 22 de fevereiro, uma lista de políticos que foram candidatos nas últimas eleições e receberam repasses da empreiteira Odebrecht, uma das principais empresas envolvidas na operação. Veja aqui a lista. São mais de 200 nomes identificados com codinomes em material liberado pela Justiça Federal do Paraná. As planilhas estavam com Benedicto Barbosa Silva Júnior, presidente da Odebrecht Infraestrutura, que está preso, e foram anexadas aos autos do processo da Lava-Jato pela Justiça Federal do Paraná.

4- RESULTADO DO INTERVENCIONISMO

“A intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e os empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam” (MISES, 1935).

De acordo com BARBIERE (2013),

Embora seja cheio de contradições, um sistema predominantemente intervencionista dificilmente é abandonado, já que, por um lado, ninguém abdica facilmente de seus privilégios e por outro, no que diz respeito ao aspecto ideológico, o conhecimento necessário para a compreensão do funcionamento comparado das ordens sociais espontâneas e das estruturas hierárquicas contraria o senso comum, em qualquer época.

Do mesmo modo, SAVAS (1987), descreve,

Qualquer discussão moderna sobre o desempenho do estado, seja teórica ou empírica, é cuidadosamente afastada, utilizando-se o argumento pragmático. Boa parte das defesas da privatização, por exemplo, enfatizam o seu valor como instrumento adequado em certas ocasiões apenas, fazendo questão de afastar como dogmática e ideológica qualquer defesa da redução do tamanho e atuação do estado .

O intervencionismo pode ser visto como uma ordem espontânea, na qual as indesejáveis consequências não intencionais das intervenções frustram os planos governamentais e engendram um processo de acúmulo de erros que requerem a escolha entre reformas liberalizantes ou a adoção de novas intervenções para corrigir as falhas de suas antecessoras. Alívios obtidos com essas reformas, por sua vez, abrem espaço para novas expansões do estado, motivadas tanto pelos privilégios legais gerados no sistema como pelos fatores ideológicos aqui descritos.

De acordo com BARBIERE (2013),

A lógica básica da teoria do intervencionismo, segundo a qual cada intervenção gera consequências não intencionais opostas ao desejado é responsável assim pelo contínuo processo de revisão das crenças ideológicas intervencionistas, que resulta no seu caráter fragmentário e, portanto, na sua aparente falta de compromisso ideológico com princípios básicos.

“O intervencionismo criou uma forte ideologia pró-estatal, uma cultura que diante da escolha entre Estado e iniciativa privada no fornecimento de serviços dá preferência ao primeiro, definindo uma mentalidade que ajuda a compreender por que vemos o Estado como a fonte de todos os males, mas também das soluções” (GARSCHAGEN, 2016).

“Dilma foi além e certamente encheu de orgulho seu mentor Lula. Diante dos índices econômicos desoladores, ignorou o que havia prometido e transformou a gestão do país numa aventura fadada ao fracasso” (VILLA, 2013).

De acordo com COUTINHO (2016),

O intervencionismo estatal faz parte da nossa história. Desde a chegada dos portugueses, o Estado se coloca como o principal motor da vida em sociedade e como “o elemento agregador e central da política”. Tanto em Portugal quanto aqui, o governo foi o agente central da independência, da resistência, da sobrevivência e da exploração imperial.

4 - CONCLUSÃO

A lição que devemos tirar desse período petista na presidência do país, é a de que até um certo tempo, o intervencionismo, a política de bem-estar social da população providenciado pelo estado e uma administração pautada na expansão de crédito pode ser bastante interessante a curto prazo, pois tem-se uma falsa sensação de que o país está com a economia forte e aquecida, com alicerces. Porém, esta conta chegará em um determinado tempo, causando desemprego, discrepâncias tributárias, falta de liquidez do dinheiro, inflação e juros elevados. Vale ressaltar, como modelo de intervencionismo o do nosso vizinho, Venezuela. Esse país que já chegou ao 4º IDH do mundo, tendo a maior reserva de petróleo do mundo, e que hoje se tornou em um dos países mais pobres das Américas, consequentemente do mundo, venezuelanos em fuga migratória para regiões de Roraima, a procura de novas oportunidades. As tragédias anunciadas nestes dois países, Brasil e Venezuela, começaram com um controle de preços em conjunto com uma grande expansão do crédito dos bancos estatais e o Estado no comando de tudo, inclusive dos meios de produção.

No caso brasileiro, criou-se desarranjos econômicos graves, em que o governo através de medidas e incentivos tentaram corrigir. E, quando foram tomadas medidas, viu-se que a real situação agravou. Para completar, veio a crise política, acrescente a isso o apelo da população às ruas, a operação policial Lava-Jato, apontando o maior rombo da história do mundo nas empresas estatais brasileiras. O que vimos foi um aprofundamento da recessão e a situação catastrófica que muitos brasileiros passaram e ainda passarão nos próximos anos.

Nenhuma intervenção do estado na economia passa impune. A economia não é algo que possa ser dirigido de cima para baixo, com cargos políticos e apadrinhados ditando uma interação diária de milhões de indivíduos. Querer manipular essas interações com leis e controles de preços não dará certo em lugar nenhum do mundo.

Mas na economia, as coisas sempre se ajustam. A intensidade do ajuste vai depender da intensidade da intervenção acometida. O governo brincou de microgerenciar a economia desde 2003, mas, de forma muito mais acentuada a partir de 2014 e como consequência uma grande recessão nos atingiu.

As descrições deste presente artigo, não é resultante de uma única política ruim. Ela é o resultado de meticulosas e desastrosas intervenções governamentais. Não se chega à situação atual de um mês para o outro ou mesmo de um ano para o outro, é necessária toda uma soma de erros, uma série de intervenções apenas para "corrigir" os efeitos inesperados de intervenções anteriores.

Com estes dados, e com todos os desastres econômicos dos últimos anos, o brasileiro infelizmente ainda acredita no Estado provedor e solucionador de seus problemas, visto que mais da metade da população ainda quer um estado grande. A missão deste artigo se assimila como a de um trabalho de formiga, ir aos poucos e arduamente alertando a população que nós devemos trilhar nos caminhos que assim achamos inerentes, e não um burocrata com uma caneta de ouro, ditando com leis aquilo que devemos consumir, comer, estudar e até mesmo pensar.

BIBLIOGRAFIA

BARBIERE, F. A economia do intervencionismo. **Instituto Mises von Mises Brasil**. São Paulo, 2013.

BECK, M. e NASCIMENTO, B. Funcionalismo consome caixa dos estados. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 26 de mar. de 2016. Seção Web. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/funcionalismo-consome-caixa-dos-estados-18958203>. Acesso em: 03/01/2018.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **BRASIL**. Seção Web. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 14/12/2017.

CASA CIVIL DO BRASIL. Medida provisória 579. **GOVERNO FEDERAL**. Brasília, set. de 2012. Seção Web. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/mpv/579.htm. Acesso em: 01/01/2018.

CONSULTORIA ECONOMÁTICA. Relatório anual da consultoria Economática. **EMPRESA DE CONSULTORIA ECONOMÁTICA**. São Paulo, Livro XI, ano 13, dez. de 2016. São Paulo. SP.

CNI. Conselho Nacional da Indústria. **CNI**. Seção Web. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>. Acesso em: 23/12/2017.

FEEB. Informe da FEEB AL/PE/RN . **FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS**. Recife, 30 de out. de 2014. n. 126-2014.

FONSECA, P. Economia e Sociedade. **VERBENA**. Brasília, v. 24, n. 2 (54), p. 509-511, ago. 2015

GARSCHAGEN, B. Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado. **RECORD**. Rio de Janeiro , 2015. 1. ed.

GUZZO, J.R. Um país mais pobre. **EXAME**. São Paulo, edição 1101, ano 49, n. 21, de 11 de nov. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **IBGE**. Seção Web. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 21/12/2017.

JUNGES, C. Caos do setor elétrico já custou mais de R\$ 110 bilhões em quatro anos. **GAZETA DO POVO**. Paraná, 19 de ago. de 2016. Seção Web. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/energia-e-sustentabilidade/caos-do-setor-eletrico-ja-custou-mais-de-r-110-bilhoes-em-quatro-anos-en3kmuzuyr4jv2313kw255j6e>. Acesso em: 02/02/2018.

MARTELLO, A. Dívida pública sobe 21,7% em 2015, para R\$ 2,79 trilhões, maior da série. **G1**. Seção Web. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/divida-publica-sobe-248-em-2015-para-r-279-trilhoes-maior-da-serie.html>. Acesso em: 11/12/2017.

MELLIS, F. Por que o preço da gasolina não baixa no Brasil?. **R7**. São Paulo, 14 de fev. de 2017. Seção Web. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/por-que-o-preco-da-gasolina-nao-baixa-no-brasil-14022017>. Acesso: 02/02/2018.

MISES, L.V. Economic calculation in a socialist commonwealth. in HAYEK, F.A. **COLECTIVIST ECONOMIC PLANING**. Londres: Routledge, 1935.

NETO, S. C. Perspectivas de curto e médio prazo para a Economia brasileira em um provável cenário pós Dilma. **FAEC**, 2016.

REDAÇÃO G1. 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadadas em setembro, diz CNC. **G1**. Rio de Janeiro, 29 de set. de 2016. Seção Web. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/582-das-familias-brasileiras-estavam-endividadadas-e-m-setembro-diz-cnc.html>. Acesso: 05/01/2018.

ROSSI, P. e MELLO, G. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - **IE/UNICAMP**. Nota do Cecon, n.1, abr. de 2017

ROQUE, L. Como o governo brasileiro transformou uma recessão em uma profunda depressão. **INSTITUTO MISES BRASIL**. São Paulo, 26 de mai. de 2017. Seção Web. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2694>. Acesso em: 12/12/2017.

SALES, R. IBGE: Renda menor e crise na indústria geram queda recorde em serviços. **VALOR ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 14 de jan. de 2016. Seção Web. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4391880/ibge-renda-menor-e-crise-na-industria-geram-queda-recorde-em-servicos>. Acesso em: 11/12/2017.

SAVAS, E.S. Privatização: a chave para um governo melhor. **NÓRDICA**. Rio de Janeiro, 1987.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP**. São Paulo, Espaço e Tempo , v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015

SKOUFIAS, E. Protegendo os "novos pobres" da crise econômica do Brasil. **IBRD**. São Paulo, 24 de fev. de 2017.

TESOURO NACIONAL. Relatório anual de despesas. **GOVERNO FEDERAL**. Brasília, dez. de 2016. Seção Web. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 15/12/2017.

VELLOSO, R. Cultura e a “Economia da Alegria”. **XXVIII Fórum Nacional de Economia**, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, A. G. Listas de repasses da Odebrecht trazem nomes de mais de 200 políticos. **VALOR ECONÔMICO**. Rio de Janeiro, 23 de mar. de 2016. Seção Web. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4495544/listas-de-repasses-da-odebrecht-trazem-nomes-de-mais-de-200-politicos>. Acesso em: 07/01/2017.

VIEIRA, I. Petrobras confirma aumento de impostos de diesel e gasolina. **AGÊNCIA DO BRASIL**. Brasília, nov. de 2012. Seção Web. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-09/petrobras-confirma-aumento-de-impostos-de-diesel-e-gasolina>. Acesso em: 15/12/2017.

VILLA, M. A. Espaço e Economia. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA**. Rio de Janeiro, 2015, Ano II, Número 3.

WOLWACZ, A. Fóruns online pelo nick Stormer. **Leandro & Stormer**. Rio Grande do Sul, ano de 2016.